

OS OLHOS E AS MÃOS DE IEMANJÁ NARRAM A CIDADE PARAÍBA

THE EYES AND HANDS OF YEMANJÁ NARRATE THE CITY OF PARAÍBA

RESUMO

Apresento nesse artigo alguns resultados da pesquisa de pós-doutorado desenvolvida no período de setembro de 2021 a agosto de 2023, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, sob a supervisão da professora Marta Araújo. Discuto sobre memória de trauma/memórias de resistência (Vecchi, 2020), território, museu decolonial (Vergès, 2017) e oralituras (Leda Maria Martins, 2003), conceitos/aproximações que nos ajudam a pensar sobre patrimonialização da cultura, educação antirracista e narrativas de povos de terreiro sobre e a partir das cidades. Percorro a narrativa de violência contra os povos de terreiro na cidade de João Pessoa, Paraíba, tomando como exemplos os atos de vandalismo contra a estátua da Iemanjá, a Santinha, erguida na praia do Cabo Branco, ponto mais oriental das américas. Nesse caminho, apresento questões e algumas propostas para pensar as cidades como teatros da memória ou como fóruns (Rahul Rao, 2016) e as narrativas de mulheres, principalmente, como guias de percurso.

Palavras-chave: Iemanjá. Oralitura. Patrimonialização da cultura. Educação antirracista. Paraíba.

ABSTRACT

In this article, I present some results of the postdoctoral research conducted from September 2021 to August 2023 at the Centro de Estudos Sociais of the Universidade de Coimbra, under the supervision of Professor Marta Araújo. I discuss trauma memory/resistance memories (Vecchi, 2020), territory, decolonial museum (Vergès, 2017), and oralituras (Leda Maria Martins, 2003), concepts/approaches that help us think about the patrimonialization of culture, anti-racist education, and narratives of terreiro peoples about and from cities. I traverse the narrative of violence against terreiro peoples in the city of João Pessoa, Paraíba, taking as examples the acts of vandalism against the statue of Iemanjá, the Santinha, erected on Cabo Branco beach, the easternmost point of the Americas. Along this path, I present questions and some proposals to think about cities as theaters of memory or as forums (Rahul Rao, 2016), and narratives of women, primarily, as guides for the journey.

Keywords: Iemanjá. Oralitura. Patrimonialization of culture. Anti-racist education. Paraíba.

Ana Cristina Marinho Lúcio

Universidade Federal da Paraíba. ORCID: 0000-0002-8137-6418. E-mail: anamarinho@cchla.ufpb.br

Achille Mbembe (2017), em diálogo com a obra de Frantz Fanon para quem “lugar” era toda experiência de encontro com os outros, afirma que “passar de um lugar para outro é também tecer com cada um deles uma dupla relação de solidariedades e de desprendimento. A essa experiência de presença e de diferença, de solidariedade e de desprendimento, mas nunca de indiferença, chamemos a ética do passante.” (p. 248). Neste sentido, o texto que aqui apresento parte dessa ideia de que através de uma ética da passante podemos perceber as cidades como lugares-arquivos, como fendas em que as memórias de trauma se misturam às memórias de resistência.

A ideia inicial da pesquisa surgiu a partir de caminhadas feitas pela minha cidade, João Pessoa, durante a pandemia de COVID-19, que me conduziram à estátua da Iemanjá, localizada no ponto mais oriental das Américas e que foi decepada e decapitada por fundamentalistas religiosos em 2016, pela segunda vez¹. O lugar que uma estátua ocupa é o do tempo presente, ela move as memórias das pessoas que passam por ela, no caso da Iemanjá são homens e mulheres que ocupam esses mesmos lugares e que lidam com memórias ausentes e, mais ainda, com rastros de violência. Roberto Vecchi (2020), em artigo intitulado “A impossível memória de Araguaia: um patrimônio sem memorial?”, menciona as questões complexas que envolvem o tema da “monumentalização das feridas abertas” e da monumentalização de uma destruição sem rastros. No caso das populações escravizadas durante mais de três séculos e das/os negras/os brasileiras/os que sofrem com as consequências deste processo ainda hoje, há muitos rastros de destruição, produzidos cotidianamente, como no caso das violações aos terreiros e casas de Umbanda, Candomblé e Jurema e aos monumentos que celebram orixás e outras divindades, mas, também, rastros, estradas e caminhos de resistência.

Ao longo da pesquisa, o território foi adotado como conceito, mas também, como atitude, tomada de posição, pois envolve, sempre, processos de disputa. E aqui pensamos, principalmente, em disputa por narrativas. Leda Martins, no seu livro “Performance do tempo espiralar” (2021), busca, entre outras discussões sobre as vozes e saberes da literatura, do teatro e, principalmente, das performances do congado de Minas Gerais, advogar um lugar de saber que rompe com apagamentos desejados e tentados ao longo dos séculos, como nos ensina Nilma Lino Gomes. Martins trilha outros caminhos e abre outras veredas quando pensa os corpos negros como lugares de grafias, de inscrições poéticas, lugares de assentamento, de oralituras (2003). Neste sentido, propomos, nesse texto, pensar a cidade a partir de vozes, memórias e utopias de mulheres que escrevem, inscrevem, poetizam a cidade Paraíba.

¹ A estátua foi decapitada e decepada, pela primeira vez, em abril de 2013. Foi restaurada numa ação do IPHAN e, mais uma vez, em março de 2016, decapitada e arrancados os dedos.

Caminhos

Quando Exu chega
Ele abre
Eu vou lá
Abre estradas e olho
Para além de mim

(Alessandra Leão no disco Macumbas e Catimbós)

Maio de 2020 e estou à beira do Atlântico, lugar que, dizem, é o mais oriental das américas. Todos os dias saio de casa, de bicicleta e, com a pandemia, saio cada vez mais cedo: cinco e vinte. Vou até a beira da falésia e peço as bençãos a Iemanjá, volto para casa e tento sobreviver. Peço as bençãos a uma Iemanjá sem cabeça e sem mãos, uma Iemanjá virada para o mar e de costas para a cidade João Pessoa, antes Parahyba, por um tempo Frederica e, mais tempo ainda, Filipéia de Nossa Senhora das Neves.



Foto: Ana Marinho, maio de 2020

Junho de 2020 e assisto Françoise Vergès numa entrevista ao programa Conferência 360 Ethos². Vergès em sua fala, com inúmeras referências às viagens, menciona lugares de memória e esquecimento e questiona: “como podemos, hoje,

² Gravação disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fBrF5qLM1LI>. Acesso em 21 de dezembro de 2023.

imaginar um museu decolonial? O que estaria nesse museu?"; "é possível partir da ideia de que eles (os outros) fizeram isso, então, nós, os outros, faremos desse outro jeito?". Por fim, Vergès propõe um exercício de imaginação: "o que queremos guardar nesse "museu decolonial"? Que tipo de arquitetura? Será necessário apenas mudar os objetos daqueles museus que já existem?"

Se posso seguir nesse trajeto de imaginação, de construção de um museu decolonial, qual seria a alternativa para a estátua de Iemanjá? Se decolonização é, também, um modo de reinventar, que reinvenção seria essa? A reinvenção sempre passa pela reparação? Como reparar o passado de genocídio, escravidão, racismo, sexismo quando esse passado é presente?

Olho nos olhos da Iemanjá decapitada e vejo que esse passado é presente.
Toco nos dedos da Iemanjá decepada e sinto que esse passado é presente.



Fonte: Print da reportagem, com câmera de Silvio Vieira, apresentada no JPB 2ª Edição - Globo, no dia 02/04/2013

Um presente de genocídio, destruição e exploração. A Iemanjá que olha, sem cabeça, que toca, sem mãos, esse mundo de pedra, esse avanço desenfreado de construções à beira mar, de prédios e avenidas e parques que destroem a vegetação natural para, em lugar deles, transplantar palmeiras "exóticas" e grama. E o mar que

avança, que retoma seu espaço. A “Iemanjá: mãe dos peixes, dos deuses, dos seres humanos” (Armando Vallado, 2019), rege, reage, resiste.



Foto: Acervo pessoal, Ana Marinho, junho/2020



Foto: Acervo pessoal, Ana Marinho, junho de 2020

As cidades são mesmo hostis às pessoas pobres, às mulheres negras, às/aos imigrantes, às/aos refugiadas/os. E aqui, na minha cidade, aos corpos que vivem diferentes credos, mulheres e homens que experienciam o espaço urbano como terreiro, território de fé e cura. Mulheres e homens que dançam memórias e vivem em encruzilhadas de tempo e espaço. E nessas encruzilhadas, as imagens de resistência importam, falam, re-significam:

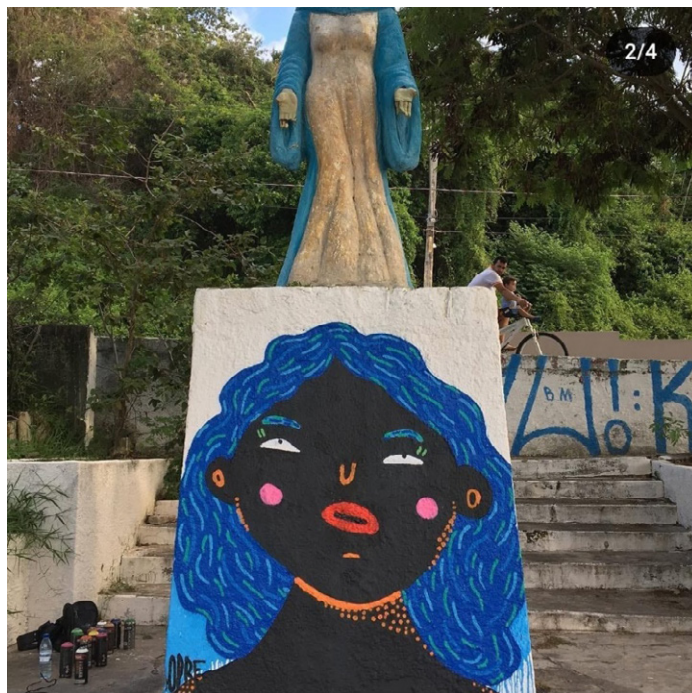


Foto: <https://www.instagram.com/acervoo3/>. Grafite de Thiago da Silveira (Camô Criativa) feito em abril de 2019



Foto: <https://www.instagram.com/acervoo3/>. Grafite de Américo Filho (Meia Cor) feito em abril de 2019



Foto: <https://www.instagram.com/acervoo3/>. Grafite de Pedro Barreiro (Mulinga) feito em abril de 2019



Foto: <https://www.instagram.com/acervoo3/>. Grafites de Pedro Barreiro (Mulinga), Américo Filho (Meia Cor) e Thiago da Silveira (Camô Criativa) feitos em abril de 2019

Memórias do sensível

Nas discussões sobre museus decoloniais (Vergès, 2017; Rahul Rao, 2016), sobre o repatriamento de objetos que foram roubados durante anos e anos de guerra coloniais, duas imagens são evocadas: os museus podem ser pensados como teatros da memória ou como fóruns. Quando pensamos nos espaços das cidades, acredito que é possível unir estas duas ideias pois elas são, ao mesmo tempo, fóruns e teatros.

Em agosto de 2021, após os movimentos em torno da estátua de Borba Gato³, numa cadeia de contestações aos monumentos que celebram personagens históricos responsáveis pelo tráfico e escravização de pessoas, que começou com o assassinato de Georg Floyd nos EUA, em maio de 2020, a prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, anunciou a instalação de cinco estátuas de personalidades negras: Carolina Maria de Jesus, Adhemar Ferreira da Silva, Itamar Assumpção, Madrinha Eunice e Geraldo Filme. A escolha do local de instalação da estátua que homenageia a escritora Carolina Maria de Jesus gerou protestos e o lançamento, em 19 de fevereiro de 2022, de um manifesto intitulado “Queremos Carolina na Sala de Visitas”, assinado por coletivos de artistas e moradores de Parelheiros (SP), bem como pela família da escritora. Vejamos um trecho no documento:

Nós, coletivos culturais, artistas locais e articuladores sociais do território de Parelheiros, junto aos familiares e pessoas que entendem a importância da obra e da trajetória de Carolina, viemos através desta manifestar o nosso descontentamento em relação ao local escolhido para abrigar a escultura que está sendo produzida em homenagem à escritora. Reivindicamos a instalação da estátua de Carolina Maria de Jesus na Praça Júlio César de Campos, no Centro de Parelheiros e também a participação dos agentes locais na construção do evento de inauguração do monumento. Carolina vive, e sua luta persiste, e aqui estamos apenas como pessoas que reivindicam o local, a data e a festa que ela merece ter.” São Paulo, 19 de fevereiro de 2022. (Fonte: <http://forms.gle/kPsWeZhrix6vvJWr8>)

O manifesto conta ainda com o depoimento de Vera Eunice, filha da escritora, que diz: “Fazemos questão que seja em Parelheiros! Minha mãe amava Parelheiros, aqui foi feliz, se benzeu e benzeu teu chão, participava das festas tradicionais, ia ao cinema mudo e entregou o meu diploma na Escola Prisciliana”.

A inauguração das estátuas de Marielle Franco (27/07/2022), no Buraco do Lume, no Rio de Janeiro, e de Carolina Maria de Jesus (28/07/2022), em Parelheiros, São Paulo, e a discussão em torno da instalação do Touro na Paulista, na região central de São Paulo e sura retirada após inúmeros protestos, combinada com a ação da artista plástica Márcia Pinheiro, intitulada Vaca Magra⁴, são exemplos de revisão e contestação aos modelos coloniais de monumentalização de pessoas e eventos históricos.

Gianolla (2022) chama a atenção, na discussão sobre a criação de museus e homenagens às pessoas escravizadas em Lisboa, sobre o risco de “fazer um uso meramente turístico do património sensível”. Para o autor, algumas ações podem esconder a “subjetividade das pessoas escravizadas”. Esta discussão esteve presente

³ Para mais informações consultar: <https://g1.globo.com/sp/noticia/2021/07/24/estatuadeborbagato-e-incendiada-por-grupo-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em 22/12/2023.

⁴ Sobre a polêmica em torno do Touro da Paulista, as reações da sociedade civil e a performance da artista plástica Márcia Pinheiro, consultar <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/12/09/escultura-de-vaca-magra-e-instalada-em-frente-a-bolsa-de-valores-de-sp.htm>. Acesso em 22/12/2023.

quando o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, foi qualificado pela Unesco como patrimônio da humanidade, o que não ocorreu com o Cemitério dos Pretos Novos: “lugar de grande valor histórico e simbólico para as comunidades afro-brasileiras, ficou na zona de amortecimento, mas não está identificado como bem patrimonial em si, revelando novamente a tensão que existe entre o patrimônio sensível e a classificação do patrimônio virada para o turismo.” (p. 93)

A contestação de estátuas como a de Borba Gato, em São Paulo, não significa contestar a presença desse personagem na História, mas a presença desta imagem no presente, ou seja, estamos tratando das memórias dos lugares. Tatiana Bina, em texto intitulado “Pequeno guia para discutir o derrube de estátuas” (2020), argumenta que uma educação patrimonial poderia ser um caminho para a solução de alguns conflitos. Para a autora haveria duas soluções: a colocação de placas contextualizando as figuras representadas ou o deslocamento para museus. Nos museus elas serão tratadas como documentos históricos, diferente da forma como são acessadas nas ruas e praças, como “documentos” de memória.

Apesar de os historiadores terem feito um esforço para explicar que história e memória são coisas distintas, este ponto não parece ainda plenamente compreendido: uma estátua não é uma personagem histórica em si. O seu derrube não implica o sumiço histórico de uma personagem. Uma estátua é uma homenagem, feita a posteriori, de maneira a legar à posteridade quem os seus executores consideram dignos de serem constantemente lembrados. (Bina, 2020, s/p)

Mas e quando uma estátua representa, também, um lugar de adoração e culto, como é o caso da Iemanjá? Que memórias ela move nas pessoas que passam por ela?

Nessa esquina do texto, gostaria de trazer algumas discussões sobre memória traumática e formas de homenagem antimonumentais. Ricardo Vecchi (2020) discute sobre as questões complexas que envolvem o tema da “monumentalização das feridas abertas”, como as que envolvem as vítimas da ditadura na Argentina, além da memória das vítimas do Araguaia. O autor cita a obra de Ricardo Ohtake, instalada no Parque Ibirapuera-SP no ano de 2014 em homenagem aos mortos e desaparecidos durante a ditadura civil-militar e, ainda, os “memoriais virtuais que atualizam sobre as pesquisas em andamento e desempenham uma função sobretudo educacional, função essencial para a construção de uma transmissão responsável da memória.” (p. 54)

Essa conexão conceitual disponibiliza uma ampla reflexão crítica sobre a monumentalização da destruição sem rastros do outro, do inimigo. Nos monumentos “por defeito”, no amplo repertório estudado que aprofunda as materialidades possíveis de uma memória frágil e perecível, na construção de museus ou de memoriais, a própria ideia de monumento é posta em discussão com projetos antimonumentais e a arte desempenha um papel

fundamental como contraponto possível de uma história que de outro modo se esvairia. (Vecchi, p.55)

Vecchi menciona ainda a proposta de James Young para as Torres Gêmeas que vai das ruínas ao vazio: “se a ruína poderia testemunhar a destruição, também o vazio poderia fazer o mesmo.” A opção foi “lembrar a vida pela vida” e uma árvore foi plantada naquele chão para cada pessoa vitimada pelo atentado, assim como “as árvores plantadas em Israel em 1954 para lembrar os mortos pelo Holocausto, ou as trezentas mil plantas em homenagem às vítimas do terremoto de Kobe de 1995”:

Outra possibilidade que se define é aquela dos museus abertos onde a memória está disseminada por todo um espaço: de certo modo os Stolperstein (as pedras no caminho), do artista Gunter Demnig, em Berlim, que gravam nome, datas de nascimento e deportação das vítimas do extermínio nazista, colocadas em milhares por toda a cidade. Elas evidenciam como todo o espaço é ocasião de memória, de transmissão de algo que no passado ocorreu e que não se deixa inscrever num centro simbólico como um museu que implica sempre o risco do posticho ou do fetiche. (Vecchi, p. 55)

Esses exemplos ajudam a pensar numa memória das religiões afro-brasileiras? As árvores, os parques, as pedras?

A estátua de Marielle Franco, em tamanho natural e colocada no lugar onde ela prestava contas do seu mandato, pode ser um exemplo que, mesmo monumental, apela para os afetos, para uma memória do gesto, da presença, para a necessidade de marcar os corpos de mulheres negras nas cidades, assim como a proposta de erguer uma estátua em homenagem a Carolina Maria de Jesus. As duas estátuas poderiam se encaixar naquilo que Hutta (2019) chama de “reterritorializações afetivas”. Eliana Rosa de Queiroz Barbosa e Cintia Elisa de Castro Marino se apropriam desta discussão para pensar nas propostas de uso do Minhocão, em São Paulo. As autoras utilizam o conceito para pensar nas disputas urbanas em torno do Minhocão tomando como contexto as marchas que ocorreram em 2013 e as consequências destas mobilizações que tomaram as ruas do país e que foram marcadas pela presença de uma classe média que disseminou discursos de ódio, fascistas e que mobilizou outros afetos, em oposição aos gestos e práticas das camadas populares, de movimentos sociais como o MTST, o Movimento Negro, as lutas coletivas dos povos indígenas e das pessoas LGPTQIAPN+. De um lado ocorreram as ações do Baixo Centro (2011 a 2016), da Virada Cultural, iniciadas em 2012, e de outro, já em 2013, foi criada a Associação Parque Minhocão. Em 2014 ocorreram inúmeros debates e a ideia de construção do Parque foi contestada e muitos acusaram o projeto como mais uma proposta de gentrificação. Já em 2015 surgiu um grupo de classe média, conservadora, o Desmonte Minhocão, que reivindica a remoção do Minhocão. As autoras também utilizam Butler (2015) para pensar nos corpos e nas cidades.

Vejamos o que afirmam as pesquisadoras e, depois delas, entramos na última vereda desse texto:

The notion of affective territorialization (and re-territorialization) refers, therefore, to the construction, deconstruction and reconstruction of symbolic affective meanings of the urban spaces and the public sphere. Thus, affective de- and re-territorializations occur when distinct social actors affectively perform on the streets, on public spaces and in different official instances of participation, changing the conditions of inhabiting these spaces. In these affective re- and de-territorialization performances based on bold affects, enactments of hope, joy, anger, disenchantment, fear, among other sentiments can be mobilized by progressive and reactionary ideologies. (p. 525)

Meio do percurso – mais caminhos abertos

Se pudéssemos construir/reconstruir novos mapas e percursos para essa cidade João Pessoa quais seriam? Cidade feminina - Filipeia, Parahyba, Frederica, de traçados colonialistas. Cidade Feminina - Iemanjá, cidade da Jurema Sagrada, de traçados decoloniais.

A cidade que se forma em torno das Igrejas, Mosteiros e Palácios. A cidade das negras, indígenas e brancas pobres. Em 1970 a cidade João Pessoa crescia entre favelas de nome Baleado, Jardim Bom Samaritano, Tanques, Vila União I, Cordão Encarnado, Cangote do Urubu, Vila Teimoso, Coqueiral, Vem-Vem, Beira Molhada. Em 1983 chegaram as favelas Beira do Cano, Brasília de Palha, Ninho da Perua. Em 1989, Vila dos Teimosos, Timbó, Taipa, Buraco da Gia, Nova República. Em 1998, Rabo de Galo e Pirão D'Água. No senso de 2000 havia 38 favelas na cidade e, vivendo nelas, 112.277 pessoas.

Nomes que dizem tanto: sobre pastoris e seus cordões encarnados e azuis; sobre um projeto de país-Brasília, sem esquinas, mas com trabalho e sonhos de migrantes nordestinos; lugares de taipas, buracos, palha, mas também de esperança, coqueiral, perus e urubus, de sonhos de novas repúblicas e pirão de carne, que de água já temos muita.

A cidade cantada nos cocos e cirandas, nas ruas e casas de Catimbó; cidade narrada por Inês dos Santos que circulou por espaços de poder e de fé, luta, brincadeira, encantamento. Cidades-corpos, como nos ensina Leda Maria Martins. É essa cidade que queremos aprender a narrar, aprender a escutar, dançando com cirandeiras, macumbeiras, catimbozeiras, ouvindo as narrativas de Inês dos Santos, mulher de santo que, em seu depoimento, traça outras cartografias, outros mapas para essa cidade:

(...) eu fui criada naquele setor ali, quando com dez anos de idade eu vim de Alagoa Grande, elas foram me buscar, que moravam seis... era tudo gente idosa. De novo, só tinha Virgínia da Gama mesmo... que elas eram tudo professora da Universidade, esse povo, tudo filha dos primeiros governadores daqui da Paraíba, da família Gama e Mello, que é uma família muito conhecida aqui da Paraíba, que inclusive tem as ruas, né? Juiz Gama e Melo, sei que lá, não tem essas ruas, né? Pronto, eu fui criada... aí fiquei ali naquele setor até quinze anos... elas cuidando de mim. Quando foi com quinze anos já começaram a ficar tudo lenta, aí foram morrendo, morrendo, morrendo... aí eu fiquei só de novo, aí já passei pra família de Willis Leal (...). Agora, era para eu ter me desenvolvido com sete anos de idade... aí foi o tempo que ela morreu (a mãe) e eu fiquei sem ter convivência com ninguém. Aí quando eu chego aí no João XXIII, quando eu vim morar, já com uns quinze, mais ou menos, quatorze, aí que eu ouvia um Candomblé batendo lá na Correia Nóbrega, né? Aí eu dizia: um dia eu ainda vou dançar Xangô, um dia eu ainda vou ser Mãe de Santo... Até que enfim eu consegui arrumar umas amizades que participavam, aí foi quando me levaram para a Torre. Né? Eu comecei a frequentar (...). Quando a gente fazia as obrigações lá em Madrinha, aí ia todo mundo de noite em todas as igrejas, eu mesma fui em sete igrejas, fui em várias igrejas, aí fui no cemitério e no mar e terminamos na Penha, sempre as obrigações de madrinha terminavam tudo na Penha, néra? Que quando passava na igreja, descia o rio...e o mar.⁵

Eu até aventaria uma resposta à questão inicial sobre a possibilidade de construirmos um museu descolonizado, decolonial, contracolonial: podemos, devemos, mas ainda precisamos desobedecer às ordens patriarcais, coloniais, estatais, sentimentais e as cidades-mulheres podem nos ajudar a traçar esses caminhos. As epistemologias negras e indígenas, o catimbó e a Jurema nos ensinam.

Referências

ALVES, Ana Rita; MAESO, Silvia Rodríguez. A racialização do espaço pela mão da política local: anticiganismo, habitação e segregação territorial. In: MAESO, Silvia Rodríguez (org.). **O Estado do Racismo em Portugal**: racismo antinegro e anticiganismo no direito e nas políticas públicas. Lisboa: Tinta da China, 2021. p. 157-180

BARBOSA, Eliana Rosa de Queiroz e MARINO, Cintia Elisa de Castro. Minhocão: affective re-territorializations in contemporary urban disputes. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 23, n. 51, 2021. pp. 519-545.

⁵ Depoimentos gravados em 2018 para a pesquisa de Iniciação Científica coordenada por mim, que resultou no trabalho de final de curso de Maria Gomes de Medeiros intitulado “Corpo, narrativa e saberes: histórias de vida de uma mestra juremeira na cidade de João Pessoa” – DLCV/UFPB, 2019.

BINA, Tatiana. Pequeno guia para discutir o derrube de estátuas. **PATRIMONIO.PT**. 2020. <https://www.patrimonio.pt/post/pequeno-guia-para-discutir-o-derrube-de-est%C3%A1tuas>. Acesso em 20 de setembro de 2022.

CAMERON, Duncan. The Museum: a Temple or a Forum. **Journal of World History**, 4 (1): 189-202, 1971.

FONTEIN, Joost. **Preserving the Cultural Heritage of Africa: Crisis or renaissance?** Edited by Kenji Yoshida and John Mack. Oxford and Pretoria: James Currey and UNISA Press, 2008.

GIANOLLA, Cristiano. Memorial de homenagem às pessoas escravizadas, in Ana Guardia, Miguel Bandeira Jerónimo e Paulo Peixoto (org.). **Ecos Coloniais: História(s), Património(s) e Memória(s)**. Lisboa: Tinta da China, 2022, p. 85-92

GOES, Diogo. A Iconoclastia Contemporânea: O Antirracismo Entre a Descolonização da Arte e a (Re)Sacralização do Espaço Público. **Comunicação e Sociedade**, vol. 41, 2022.

HUTTA, Jan Simon. Affective territorialities in Brazil's current political conjuncture: a three-part essay. *Society and Space*. **Essays**, April 11, 2019. <https://www.societyandspace.org/articles/affective-territorialities-in-brazils-current-political-conjuncture-a-three-part-essay>. Acesso em 13 de julho de 2020

MARTINS, Leda Maria. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. **Letras – Língua e literatura: limites e fronteiras**, PPGL – UFSM, n. 26, 2003.

MARTINS, L. M. **Performance do tempo espiralar**: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

RAO, RAhul. On Statues. 2016. <https://thedisorderofthings.com/2016/04/02/on-statues/>. Acesso em 07 de novembro de 2022.

VALLADO, Armando. **Iemanjá: mãe dos peixes, dos deuses, dos seres humanos**. Rio de Janeiro: Pallas, 2019.

VECCHI, Roberto. A impossível memória de Araguaia: um patrimônio sem memorial? In: OLIVEIRA, Rejane Pivetta de e THOMAZ, Paulo C (orgs.). **Literatura e Ditadura**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2020. p. 45-58

VECCHI, Roberto. Identidade herança pertença. In: ROSSA, Walter; RIBEIRO, Margarida Calafate (ed.). **Patrimónios de influência portuguesa: modos de olhar**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015. p. 65-80.

VESGÈS, Françoise. A museum without objects. In: CHAMBERS, Iain ... [et al.]. **The postcolonial museum**. The arts of memory and the pressures of history. London: Routledge, 2017, p. 25 - 38.

Recebido em 30/11/2023.

Aceito em 15/12/2023.